



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB RESUMO EXPANDIDO - MONITORIA DE SOCIOLOGIA JURÍDICA

Maria Eduarda de Souza Temóteo;
Pedro Henrique de Oliveira;
Renata Ribeiro Rolim

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

A matéria de Sociologia Jurídica se prova como um grande diferencial na grade de cadeiras oferecidas do curso de direito. Isso porque, diferentemente das demais oferecidas, sua natureza zetética e investigativa estimula a curiosidade dos alunos e desperta seu interesse não somente pelo saber teórico, mas o prático, e principalmente, o crítico.

É comum entre os alunos ingressantes a prévia concepção de que os saberes a serem compartilhados durante o decorrer da matéria se resumam a uma matéria inicialmente acorrentada à teoria, visto que a matéria de sociologia ministrada no ensino médio é muitas vezes apresentada dessa forma.

Contudo, através da seleta escolha dos textos e artigos a serem analisados no curso, é possível de imediato identificar o objetivo de provocar no aluno uma reflexão mais profunda acerca do curso em que acabara de adentrar, visto que cada tema se relaciona diretamente com aspectos problemáticos reais e atuais no campo jurídico brasileiro.

Tal fato se dá principalmente devido ao foco da análise da sociedade e a consequente formação do direito, sendo o Direito visto como fenômenos político, moral e burocrático. Dessa forma, desde a primeira aula ministrada, o aluno percebe a importância da cadeira para sua formação, quebrando certos estigmas anteriores ao seu ingresso. Essa quebra de expectativa pode, muitas vezes, causar certas dificuldades iniciais.

Assim, o instrumento da monitoria beneficia tanto o aprendizado do aluno ingressante, devido à proximidade estudante-estudante pela troca de experiências, bem como oferece ao monitor a experiência de analisar o processo de aprendizagem, ampliando seus conhecimentos nos objetos de estudo desenvolvidos.

METODOLOGIA

Haja vista o objetivo da matéria, o qual se concretiza na introdução dos alunos no conhecimento da atuação dos profissionais na área jurídica, é possível sistematizar seu estudo em duas etapas: Inicialmente, é mister a formação da base filosófica para a compreensão dos temas a serem tratados. Assim, são utilizadas noções como as dos Paradigmas Dialético, Funcionalista e Compreensivo a fim de gerar no estudante a compreensão de que o Direito, como uma construção social, possui alicerce nas próprias bases da sociedade, sendo um fenômeno político. Além disso, este é introduzido na coletividade com sua respectiva função, a qual pode variar de acordo com os valores morais e culturais de cada sociedade, desaguando em uma ciência recente, mas com raízes profundas, podendo ser analisada através de estudos empíricos ou reflexivos.

Sendo assim, a utilização das obras selecionadas auxiliam acertadamente na construção desses saberes ao longo da matéria. Entretanto, tendo em vista a profundidade dos temas e a complexidade dos textos, a simplificação, a correta utilização de metodologias exemplificativas e a provocação de discussões visando a construção da aprendizagem é essencial.

Os alunos são estimulados, portanto, a refletir e criar de suas próprias conclusões ao analisarem o conteúdo conhecido, com as lentes da atualidade.

Finalmente, a concretização do acúmulo e reflexão desses saberes se materializa na inovada visitação ao Sistema de Justiça Brasileiro. Isso devido a observação da rotina, dos valores e da prática introduzidas em sala de aula, podendo o aluno identificar seus saberes no campo judiciário e entrar em contato com o reflexo da cultura jurídica brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A disciplina de Sociologia Geral e Jurídica está localizada no início da grade curricular do curso de Direito da UFPB. Desse modo, os alunos que recém ingressam na universidade passam a ter contato com discussões baseadas em métodos científicos sociológicos que colocam em pauta a formação e a atuação do sistema judiciário. Entretanto, pela falta da habitualidade com a atuação judicial, faz-se mister o exercício de monitoria para uma eficiente integração dos discentes com a disciplina.

Destarte, o desenvolvimento do projeto de monitoria deu-se em duas frentes: no planejamento da disciplina e na atuação prática ao longo do projeto. No primeiro aspecto, as atividades empenhadas incluíram discussões com a Docente Coordenadora sobre os temas abordados na disciplina, sendo possível oferecer feedbacks de temas complementares e metodologia de desenvolvimento da disciplina com base na experiência adquirida ao longo do curso, possibilitando maior proximidade entre a Docente e os Discentes. Quanto à atuação prática, as atividades iniciaram-se com a leitura e fichamento dos textos ministrados, e se desenvolveram com o acompanhamento semanal dos monitores durante as aulas, sendo essencial para ressaltar aspectos fundamentais para a docência, como a capacidade de estabelecer um vínculo entre a assunto a ser ministrado e os discentes, utilizando-se de assuntos de apoio, como casos práticos do dia-a-dia e perguntas, que acabam gerando uma maior conexão e envolvimento dos discentes com a aula; além disso, observou-se a indispensabilidade da organização da apresentação para melhor condução da mesma, transmitindo uma convicção nas palavras; e por fim, a flexibilidade comportamental para o melhor manejo da classe. Além disso, o acompanhamento em sala foi necessário para uma maior conexão com os discentes, criando um canal de confiança e respeito necessário para a mitigação de dúvidas e auxílio na adaptação no curso e nas atividades desenvolvidas na disciplina. Por fim, a principal atividade desenvolvida foi a elaboração e ministração de uma aula com o acompanhamento da Docente Coordenadora, sendo possível concluir com êxito os objetivos propostos no projeto de monitoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o projeto de monitoria foi essencial para a iniciação dos monitores nas atividades correspondentes à docência, auxiliando para a compreensão e desenvolvimento de habilidades necessárias, não somente para a ministração de aulas e o desenvolvimento de uma disciplina, mas, principalmente, no contato com os discentes, entendendo como auxiliá-los para melhor adaptação com a disciplina.

Além disso, o projeto foi crucial para o desenvolvimento dos monitores em outras atividades pertinentes à área jurídica, como extensão, pesquisa e estágios, incentivadas pela Docente Coordenadora. Destarte, entende-se que o projeto cumpriu os objetivos propostos com excelência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 15a ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. p. 209/254. COHN, Gabriel (org.). Introdução. Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1991. p. 7/35.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 7a. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 39/63.

TRUBEK, David. Max Weber sobre o direito e a ascensão do capitalismo (1972). Revista Direito GV. v. 3, n. 1, jan./jun., 2007. p. 151/186.